



**XIII REUNIÃO DE DIRETORES DE POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL OU  
EQUIPARADOS  
DA  
COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA**

**ATA**

**(videoconferência, 31 de maio de 2021)**

Decorreu no dia 31 de maio de 2021 a XIII Reunião de Diretores/as de Política de Defesa Nacional ou Equiparados/as da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (DPDN/CPLP), por videoconferência (*Microsoft Teams*).

Estiveram presentes o Diretor Nacional de Política de Defesa (DNPD) da República de Angola, Tenente-General Barbosa Antunes Epalanga, o Chefe de Assuntos Estratégicos (CAE) do Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil, General Exército Eduardo António Fernandes Silva, o Diretor Nacional da Defesa (DNPD) do Ministério da Defesa da República de Cabo Verde, Coronel Armindo Sá Miranda, o Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN) da República da Guiné-Bissau, Major-General Malam Camará, a representante do Diretor Nacional de Política de Defesa (DNPD) da República de Moçambique, Sra. Maria Izabel Luís Francisco, Diretora Adjunta da Direção Nacional de Política de Defesa Nacional, o Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN) do Ministério da Defesa Nacional da República Portuguesa e Coordenador do Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa (SPAD), Dr. Paulo Lourenço, o Diretor de Política de Defesa Nacional (DPDN) (interino) do Ministério da Defesa e Ordem Interna da República Democrática de São Tomé e Príncipe, Coronel Alfredo Marçal Lima, e o representante do Diretor-Geral de Política de Defesa e Cooperação Internacional (DGPDCI) do Ministério da Defesa da República Democrática de Timor-Leste, Capitão Jacinto Soares, Adido de Defesa Adjunto em Portugal. Participaram ainda, o Diretor do Centro de Análise Estratégica (CAE/CPLP), Capitão-de-mar-e-guerra Francisco Evandro Rodrigues Camelo e o representante do Secretariado Executivo da CPLP (SECPLP), Dr. Miguel Levy. O secretariado da reunião ficou a cargo da Dra. Cláudia Bicho, representante do SPAD da CPLP.

Os trabalhos desenrolaram-se sob a presidência do CAE do Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil, General Exército Eduardo António Fernandes Silva, Presidente do Fórum, que, depois de desejar as boas-vindas a todas delegações, deu início aos trabalhos, aludindo ao facto da



presente Reunião ter estado prevista no formato presencial, em Brasília, tendo a pandemia COVID-19 impossibilitado tal desiderato.

Felicitou o DNPD de Angola pelo competente exercício da presidência deste órgão, desde 2019 e exortou ao reforço do relacionamento entre os Estados-Membros da CPLP, nesta sua primeira participação ao nível de Reunião da Comunidade.

O Tenente-General Barbosa Epalanga, saudando todos/as os/as presentes e, em especial, o novo DPDN/CPLP do Brasil e presidente do órgão, agradeceu o acolhimento desta XIII Reunião, no momento particular que exige esforço de todos os Estados-Membros, assinalando algumas das atividades realizadas no decurso da presidência Angolana deste órgão, a saber, a XI e XII Reuniões de DPDN/CPLP, a VI Conferência de Marinhas e Guardas Costeiras da CPLP, a VII Reunião do Fórum de Saúde Militar, a 34.<sup>a</sup> Reunião do SPAD, a 22.<sup>a</sup> Reunião de CEMGFA/CPLP e o XXII Seminário Político-Estratégico do CAE/CPLP, atividades que reputou com sucesso e agradecendo o apoio do SPAD.

A pedido de Portugal, foi dada a palavra ao Dr. Paulo Lourenço que deu as boas-vindas à Componente de Defesa da CPLP e formulou votos de sucesso ao General Fernandes nas novas funções, assegurando o empenho constante de Portugal para valorizar esta Componente, e enaltecendo a presidência cessante de Angola, na pessoa do Tenente-General Barbosa Epalanga e do expressivo trabalho desenvolvido, em período atípico. Destacou o atual momento simbólico e significativo do retomar do ciclo de decisão da Componente de Defesa da CPLP no ano em que se celebram os 25 anos da CPLP. Expressou solidariedade para com Moçambique, relativamente à situação em Cabo Delgado, referindo o apoio e a disponibilidade de Portugal para, no plano bilateral e enquanto atual Presidência Portuguesa da União Europeia, apoiar o povo e governo moçambicanos, assim como com a Guiné Equatorial, pelos trágicos acidentes na cidade de Bata. Evidenciou os trabalhos desenvolvidos para a aprovação do Plano de Ação da Componente de Defesa da CPLP para implementação da Resolução 1325(2000) do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre Mulheres, Paz e Segurança, permitindo celebrar ao nível da Comunidade e Componente esta relevante Agenda e os 20 anos desta histórica Resolução, assim como a conclusão dos trabalhos conducentes à criação de um “Mecanismo de Ações das Forças Armadas da CPLP para a Cooperação Mútua em Situações de Catástrofe” e à criação de condições que permitam a sua operacionalização. Apelou ao reforço da cooperação entre os Estados-Membros para mobilização das capacidades nacionais no domínio das operações de paz e a importância de não se retirar velocidade ou energia a este processo, pelo impacto significativo do mesmo na valorização da Comunidade. Referiu a dinâmica de elaboração de *non papers*, em colaboração com o CAE/CPLP, reforçando-se a dimensão de reflexão, indicando estar Portugal a



finalizar um *non paper* dedicado a Resiliência em tempos de crises. Enalteceu o acolhimento da iniciativa de se reunir informação parametrizada da atuação das Forças Armadas dos Estados-Membros na resposta à situação pandémica e deu nota da contribuição financeira para o projeto de criação de biblioteca do CAE/CPLP, enaltecendo o trabalho e dinâmica do Diretor do CAE/CPLP, que manteve intensa atividade, com recurso à tecnologia, em contexto de pandemia. Aludiu, ainda, ao lançamento, em 14 de maio de 2021, do *Atlantic Centre*, iniciativa portuguesa, de âmbito multilateral, e agradeceu a associação de todos os países atlânticos da CPLP ao projeto. Por último, exortou ao início de uma reflexão sobre a conveniência de alinhamento da Presidência da Componente de Defesa da CPLP com a Presidência da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, com a finalidade de garantir maior coerência e eficácia de funcionamento, formulando votos de resultados da presente Reunião para a ministerial de Defesa da CPLP e para a Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Luanda, a 17 de julho de 2021. Delegou, em seguida, a representação no Dr. João Pedro Saldanha Serra.

Em seguida, o General Fernandes, Presidente do órgão, submeteu à apreciação a Agenda de Trabalhos, que mereceu aprovação unânime (Anexo A).

#### Ponto 1. – Preparação da XX Reunião de Ministros da Defesa Nacional da CPLP

- a. Preparação do tema “Questões internacionais e implicações político-militares no contexto regional para os Estados-Membros da CPLP” (facultativo)

O Presidente do órgão lembrou a forma como iria decorrer este ponto da proposta de agenda da XX Reunião de MDN/CPLP, indicando que o mesmo se iniciaria com um informe do CAE/CPLP sobre a situação político-estratégica, seguida de intervenções dos/as Ministros/as da Defesa de todos os Estados-Membros e do Secretário Executivo da CPLP.

- b. Propostas e documentos a apreciar e a aprovar na XX Reunião de MDN
  - 1) Projeto de declaração que aprova o “Mecanismo de Ações das Forças Armadas da CPLP para a Cooperação Mútua em Situações de Catástrofe”

Os Estados-Membros enalteceram o trabalho de coordenação do Brasil neste processo.

O representante do Secretariado Executivo da CPLP propôs a inclusão de um novo considerando no projeto de declaração que se encontrava em circulação no sentido de o mesmo fazer alusão à Resolução do Conselho de Ministros da CPLP aprovada em 2020 sobre o reforço da cooperação da CPLP em situações de emergência, referindo que esta Resolução faz alusão aos trabalhos em curso na Componente de Defesa relacionados com o Mecanismo. Assim, o representante do SECPLP



considerava que esta era uma forma de assegurar o diálogo interinstitucional entre órgãos da CPLP, sugerindo o seguinte parágrafo no projeto de declaração “*Considerando a Resolução sobre o Reforço da Cooperação na CPLP em Situações de Emergência, aprovada na XXV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, de 9 de dezembro de 2020, que preconiza a otimização dos mecanismos de cooperação existentes em cenários de emergência e a capitalização das capacidades dos Estados-Membros em prol de respostas coordenadas, rápidas e eficazes;*”.

Discutido o assunto por todas as delegações, foi considerado que esta informação deve ser prestada aos/às MDN na sua Reunião de 1 de junho de 2021, mas não integrada no projeto de declaração, pese embora a delegação Portuguesa tivesse manifestado compreensão e concordância com a proposta do Secretariado Executivo da CPLP.

- 2) Projeto de declaração respeitante à dinamização da Componente de Defesa e ponto de situação da Operacionalização da Nova Visão Estratégica (NVE) da CPLP

Tendo o presidente do órgão colocado o assunto à discussão, o mesmo foi considerado, por consenso, em condições de ser apreciado na XX Reunião de MDN/CPLP.

- 3) Projeto de declaração que aprova o Plano de Ação da Componente de Defesa da CPLP para implementação da Resolução 1325(2000) do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre Mulheres, Paz e Segurança

Tendo o presidente do órgão colocado o assunto à discussão, o mesmo foi considerado, por consenso, em condições de ser apreciado na XX Reunião de MDN/CPLP.

- 4) Matriz parametrizada com informação mensal da atuação dos setores da Defesa/Forças Armadas no combate à COVID-19 nos Estados-Membros

Tendo o presidente do órgão colocado o assunto à discussão, o mesmo foi considerado, por consenso, em condições de ser apreciado na XX Reunião de MDN/CPLP.

- 5) Colégio de Defesa - aprovação

- Proposta de Angola em acolher a 3.<sup>a</sup> edição em 2022
- Proposta de Moçambique para acolher a 4.<sup>a</sup> edição em 2023

Tendo o presidente do órgão colocado o assunto à discussão, o DNPd de Angola confirmou que, se a pandemia o permitir e estiverem reunidas as condições de segurança, o seu país acolherá a 3.<sup>a</sup> edição do Colégio em 2022. A DNPd Adjunta de Moçambique confirmou que o seu país organizará a 4.<sup>a</sup> edição do colégio em 2023 com o apoio do CAE/CPLP.



Assim, foi considerado, por consenso, que estas propostas se encontram em condições de serem apreciadas na XX Reunião de MDN/CPLP.

6) Exercício FELINO

Aprovação da solução relativa à calendarização

2022 – Guiné-Bissau no formato Exercício na Carta (EC)

2023 – Portugal no formato Forças no Terreno (FT)

2024 – Guiné-Equatorial no formato EC

2025 – Brasil no formato FT

Tendo o presidente do órgão colocado o assunto à discussão, o mesmo foi considerado, por consenso, em condições de ser apreciado na XX Reunião de MDN/CPLP.

7) Conclusões da VII Reunião do Fórum de Saúde Militar/CPLP

O presidente do órgão solicitou à representante do SPAD um breve ponto de situação sobre este assunto, após o qual, colocado o assunto à discussão, o mesmo foi considerado, por consenso, em condições de ser apreciado na XX Reunião de MDN/CPLP.

8) Ata da VI Conferência de Marinhas da CPLP

O presidente do órgão solicitou ao DND de Cabo Verde um breve ponto de situação sobre esta Conferência, após o qual, colocado o assunto à discussão, o mesmo foi considerado, por consenso, em condições de ser apreciado na XX Reunião de MDN/CPLP.

9) Relatório Final do Exercício FELINO 2018/2019

O presidente do órgão deu a palavra ao DNPD de Angola, que indicou que o assunto já fora anteriormente tratado, pelo que não seria objeto de uma apresentação na XX Reunião de MDN/CPLP. Concluída esta intervenção e colocado o assunto à discussão, o mesmo foi considerado, por consenso, em condições de ser apreciado naquela Reunião.

10) Deliberações da IX e X Reuniões do Conselho Consultivo do CAE/CPLP

11) Relatório de Atividades de 2019 e 2020 e execução orçamental de 2019 e 2020 do CAE/CPLP

12) Plano de reajustamento de atividades para 2021 e proposta de Plano de Atividades e orçamento para 2022 do CAE/CPLP

13) Projeto de declaração sobre “Alteração ao Estatuto e ao Regulamento do CAE/CPLP”

O presidente do órgão colocou à apreciação e discussão conjunta os pontos 1. b. 10) a 13), dando a palavra ao Diretor do CAE/CPLP, que apresentou, de forma genérica, o Informe em Anexo **B**, destacando os projetos em curso: o “Espaço CPLP”, a criação de biblioteca, a edificação de rede



estratégica do CAE/CPLP, da presença nas redes sociais, bem como as necessidades do Centro em matéria de regularização das contribuições anuais dos Estados-Membros para o Fundo Especial e consequente proposta de alteração do Estatuto e do Regulamento do CAE/CPLP para antecipação deste pagamento para o mês de abril, e assinalando a entrega de um veículo orgânico pelo Ministério da Defesa de Moçambique.

Na discussão que se seguiu, todos os Estados-Membros felicitaram o CMG Evandro pelo trabalho desenvolvido no seu mandato.

Ainda neste contexto, o DND de Cabo Verde apelou à regularização das quotas anuais em dívida àquele Centro e o DGPDN da Guiné-Bissau disse esperar que a nova direção da Defesa do seu país possa rapidamente normalizar as contribuições.

O representante do Secretariado Executivo, associando-se às felicitações anteriores, destacou o trabalho conjunto efetuado com o CAE/CPLP, designadamente a visita do Secretário Executivo ao Centro, o financiamento do Espaço CPLP, a participação em conferências e *webinar* e a participação no Grupo de Reflexão sobre Observadores Associados, entre outras iniciativas.

Tendo o presidente do órgão colocado os documentos à discussão, os mesmos foram considerados, por consenso, em condições de serem apreciados na XX Reunião de MDN/CPLP.

14) Proposta de indigitação do próximo Diretor do CAE/CPLP, apresentada pela República de Cabo Verde

Tendo o presidente do órgão dado a palavra ao DND de Cabo Verde, este deu nota da proposta de indigitação, pelo seu país, do futuro Diretor do CAE/CPLP, referindo ainda que a Ministra da Defesa de Cabo Verde endereçou votos de bom trabalho para a presente Reunião. Da discussão, esta proposta foi considerada, por consenso, em condições de ser apreciada na XX Reunião de MDN/CPLP.

Ponto 2. – Reflexão conjunta sobre o reforço da cooperação entre os Estados-Membros e das respetivas capacidades nacionais no domínio das operações de paz das Nações Unidas (Ponto de situação e debate)

O presidente do órgão solicitou à representante do SPAD um breve ponto de situação sobre este assunto, após o qual foram recolhidas as seguintes posições:

O DNPD de Angola entendeu que o assunto deveria permanecer como ponto de agenda para que os/as MDN/CPLP pudessem formular os comentários que entendessem.

O CAE do Brasil defendeu que o ponto não deveria constar da agenda, propondo que o Grupo de Trabalho reúna e elabore um Relatório que será apreciado no ciclo de decisão da Componente de Defesa.



O DND de Cabo Verde considerou que o documento apresentado pelo SPAD deverá ser aprofundado, mas que o Grupo de Trabalho também terá de funcionar, apelando a que se encontre uma solução que leve a Guiné Equatorial a indicar representante.

O DGPDN da Guiné-Bissau referiu que o documento carece de maior elaboração e informou que equacionam substituir o seu elemento no Grupo de Trabalho.

A representante do DNPD de Moçambique mencionou a necessidade deste assunto ser mais trabalhado e posteriormente avaliado pelos/as DPDN/CPLP. Acrescentou, ainda, ser necessário encorajar-se a Guiné Equatorial a ter uma presença mais efetiva nos órgãos e nas atividades da Componente de Defesa da CPLP.

O representante do DGPDN de Portugal reforçou o que já havia sido transmitido pelo DGPDN no início da Reunião, pelo que o assunto seria abordado pelo MDN de Portugal, quer o tema constasse em agenda ou viesse a ser remetido para o ponto diversos.

O DPDN (interino) de São Tomé e Príncipe considerou que este tema deveria ser objeto de maior aprofundamento.

Concluída a discussão, foi considerado, por consenso, que este tema não constará de um ponto autónomo da proposta de agenda da XX Reunião de MDN/CPLP, sem prejuízo de poder ser abordado durante a Reunião, designadamente no ponto diversos.

**Ponto 3. – Proposta de alinhamento da Presidência da Componente de Defesa da CPLP com a Presidência da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP**

Tendo o presidente do órgão aberto a discussão, o representante do DGPDN de Portugal reforçou as palavras iniciais que o DGPDN proferiu sobre este assunto, indicando que, atendendo a normativos da CPLP, a Defesa é atualmente o único setor onde este alinhamento não se verifica, afigurando-se, por isso, oportuno refletir sobre se daí decorrem, ou não, mais valias para a eficácia, visibilidade e dinâmica da Componente de Defesa, referindo a intenção do MDN de Portugal abordar o assunto, independentemente de constituir, ou não, ponto autónomo da proposta de agenda da XX Reunião de MDN/CPLP.

O presidente do órgão colocou o assunto à discussão, tendo as delegações presentes referido:

O DNPD de Angola sugeriu que fossem ouvidos os argumentos de Portugal uma vez que não seria tomada uma decisão sobre este assunto já na próxima Reunião de MDN/CPLP.

O CAE do Brasil transmitiu não dispor ainda de posição sobre esta matéria, que considerou necessitar de aprofundamento pelo que sugeriu a retirada da proposta de agenda da XX Reunião de MDN/CPLP.



O DND de Cabo Verde considerou a proposta portuguesa pertinente, mas que necessitava de ser melhor analisada.

Posição idêntica foi transmitida pelo DGPDN da Guiné-Bissau.

A representante do DNPD de Moçambique considerou que a questão merecia mais aprofundamento e consultas, sendo que o MDN de Portugal poderia apresentar a ideia informalmente aos seus pares não devendo constar como ponto autónomo da proposta de agenda da XX Reunião de MDN/CPLP, mas sim no ponto diversos.

O DPDN (interino) de São Tomé e Príncipe manifestou posição consonante com as de Cabo Verde e da Guiné-Bissau.

O representante do DGPDCI de Timor-Leste considerou que este se constitui como um excelente tema mas que carece de maior discussão prévia.

Concluído o debate, foi considerado, por consenso, que este tema não constará de um ponto autónomo da proposta de agenda da XX Reunião de MDN/CPLP, sem prejuízo de poder ser abordado durante a Reunião, designadamente no ponto diversos.

#### Ponto 4. – Data/local da XXI Reunião de MDN

Tendo o presidente do órgão dado a palavra à representante do SPAD para devido enquadramento, o DND de Cabo Verde manifestou todo o interesse, honra e disponibilidade no acolhimento desta Reunião, reservando, porém, para o dia seguinte, a confirmação oficial através da Ministra da Defesa do seu país.

#### Ponto 5. – Diversos

##### a. Acolhimento da XIV Reunião de DPDN/CPLP (2.º semestre 2021)

O presidente do órgão solicitou à representante do SPAD a apresentação de sucinto enquadramento deste ponto.

Da discussão havida, o DPDN de Angola sugeriu que se a pandemia o permitir, o Brasil pudesse acolher esta Reunião no 2.º semestre do corrente ano, em formato presencial.

O CAE do Brasil informou que terá de estudar a proposta de Angola, porquanto julgava que esta Reunião se realizasse por videoconferência e até noutro Estado-Membro, ficando de informar posteriormente.

##### b. Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa - procedimentos internos dos Estados Membros (avaliar se há alterações decorrentes da 34.ª reunião do SPAD)





O presidente do órgão requereu um sucinto ponto de situação à representante do SPAD.

Esta, na sua intervenção, lembrou o que ficou inscrito na Ata da 34.<sup>a</sup> Reunião do SPAD/CPLP sobre esta matéria.

O DGPDN da Guiné-Bissau informou que o Protocolo foi aprovado no Conselho de Ministros, encontrando-se para apreciação na Assembleia Nacional Popular.

A representante do DNPD de Moçambique deu nota que aguardava indicação sobre o depósito junto do Secretariado Executivo da CPLP do instrumento de ratificação do Protocolo.

A concluir a Reunião, todas as delegações expressaram unanimemente a sua solidariedade para com Moçambique. A representante do DNPD de Moçambique agradeceu toda a solidariedade, carinho, atenção e recursos para com o seu país, assegurando que tudo estão a fazer para que Cabo Delgado volte à normalidade.

Todas as delegações e os representantes do Secretariado Executivo da CPLP e do CAE/CPLP felicitaram Angola pela forma ativa e dinâmica como assumiu a presidência do fórum da Componente de Defesa, num contexto pandémico, por todos/as reconhecido como particularmente difícil.

As mesmas delegações e os mesmos representantes saudaram o Brasil pela forma competente como dirigiu os trabalhos desta Reunião, encorajando este Estado-Membro a continuar a contribuir para o desenvolvimento da Componente, agora nas novas funções de presidência.

Todas as delegações e o representante do Secretariado Executivo da CPLP reconheceram e agradeceram o brilhante trabalho desenvolvido pelo Diretor do CAE/CPLP, CMG Francisco Evandro Rodrigues Camelo, durante o seu mandato.


Ao encerrar os trabalhos, o CAE do Brasil agradeceu todo o apoio do SPAD a esta Reunião, cumprimentando e agradecendo todos os Estados-Membros pelos contributos que permitiram que a mesma tenha decorrido de forma satisfatória e com resultados positivos para o futuro da Componente de Defesa da CPLP.

Concluída a discussão dos pontos da agenda, o CAE da Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil deu por finda a XIII Reunião de Diretores de Política de Defesa Nacional ou Equiparados da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, da qual se lavrou a presente ata.

Por videoconferência, aos 31 de maio e 2021.



O Diretor Nacional de Política de Defesa do Ministério da Defesa Nacional e  
Veteranos da Pátria da República de Angola



---

Tenente-General Barbosa Antunes Epalanga



O Chefe de Assuntos Estratégicos do Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil

*Gen Eduardo Fernandes*

General de Exército Eduardo Antonio Fernandes



O Diretor Nacional da Defesa do Ministério da Defesa da República de Cabo Verde

Coronel Armindo Alcides Garcia Sá Nogueira Miranda



O Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional da República da  
Guiné-Bissau

---

Major-General Malam Camará



A representante do Diretor Nacional de Política de Defesa da República de Moçambique

Sra. Maria Izabel Luís Francisco



O Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional do Ministério da Defesa Nacional da  
República Portuguesa

---

Dr. Paulo Lourenço



O Diretor de Política de Defesa Nacional (interino) do Ministério da Defesa e Ordem Interna da  
República Democrática de São Tomé e Príncipe



Coronel Alfredo Marçal Lima





O Representante do Diretor-Geral de Política de Defesa e Cooperação Internacional do  
Ministério da Defesa da República Democrática de Timor-Leste

---

Capitão Jacinto Soares



## **ANEXOS**

- A.** Agenda e delegações da XIII Reunião de DPDN/CPLP
- B.** Informe do CAE/CPLP